

INCLUSÃO DA DISCIPLINA "INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS AFRICANOS" NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE ESTADUAL DE 1.º E 2.º GRAU DA BAHIA

Arany Santana Neves Santos

**Do Movimento Negro Unificado
e da Assessoria de Estudos
Africanos da Secretaria
da Educação e Cultura da Bahia**

Vou contar como se deu, na Bahia, a inclusão no Currículo Oficial da Rede Estadual de Ensino de 1.º e 2.º Grau, da disciplina "Introdução aos Estudos Africanos". Vou reestabelecer a cronologia dos fatos, auxiliada pela brochura *Introdução aos Estudos Africanos* publicada pela Secretaria da Educação e Cultura (Governo do Estado da Bahia, 1986).

• 1959 — Criação do Centro de Estudos Afro-Orientais — CEAO, pela Universidade Federal da Bahia, visando favorecer os estudos, o ensino, a pesquisa e o intercâmbio no do-

mínio das culturas africanas e asiáticas, assim como a presença dessas culturas no Brasil e a presença brasileira naquelas culturas. Além disso, visa o desenvolvimento de uma política de extensão universitária, objetivando a participação efetiva da comunidade em todas as suas atividades, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

- 1974 — O CEAO é oficialmente encarregado pelo Itamaraty da realização de um programa de cooperação cultural entre o Brasil e países africanos para o desenvolvimento de estudos afro-brasileiros.
- 1978 — O Movimento Negro Unificado — Bahia (MNU) faz solicitação ao MEC para a inclusão de História da África nos currículos de ensino nas escolas brasileiras.
- 1982 — O Centro de Estudos Afro-Orientais, em convênio com a Fundação Ford, oferece para professores de 1.º e 2.º grau o curso de "Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas" (primeiro oferecido no Brasil).
- 01.08.83 — Exposição de motivos do Centro de Estudos Afro-Orientais ao Conselho Estadual de Educação justificando a solicitação para incluir a disciplina "Introdução aos Estudos Africanos" no currículo de 1.º e 2.º grau da rede estadual de ensino.
- 1984 — "Entidades Negras da Bahia"², atendendo solicitação do MNU, assinaram um documento solicitando ao Secretário da Educação do Estado da Bahia a inclusão nos currículos de 1.º e 2.º grau, da disciplina "Introdução aos Estudos Africanos", ao tempo em que referendavam igual solicitação do Centro de Estudos Afro-Orientais feita em 1983 (NEGO, nº 9).

1 Apesar de ter sido criado há 15 anos, a referência do CEAO como ponto de partida para a inclusão da "Introdução aos Estudos Africanos" no currículo pode ser justificada pelas seguintes razões: é um órgão da UFBA com um quadro de professores qualificados em Estudos Africanos; dispõe de uma biblioteca com mais de 10 mil volumes da área em questão; mantém um convênio de Cooperação Cultural entre o Brasil e os países africanos, para o Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros, oficializado pelo Itamaraty desde 1974; pela existência de uma biblioteca especializada, muitos estudantes e professores realizam pesquisas neste Centro. Daí a facilidade de detectarmos que as "pesquisas" indicadas quase sempre partiam de uma África culturalmente uniforme. Esse fato levou o Centro a oferecer, em 1982, o primeiro curso introdutório dirigido aos professores (as) de 1.º e 2.º grau sobre História e Culturas Africanas. No decorrer do curso, o CEAO constatou o total desconhecimento, por parte dos (as) professores (as) de 1.º e 2.º grau, sobre a História e as Culturas Africanas.

Pelos motivos acima citados é que o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA entra na minha explanação, visto que este órgão tinha vivenciado de perto, através de um curso, o despreparo e a visão errônea dos (as) professores (as) de História, acerca da História e das Culturas Africanas. Assim sendo, a vivência do Centro teve um peso expressivo no documento encaminhado ao Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia, em 1983, solicitando a introdução da disciplina em questão.

2 Assinaram este documento: Sociedade Protetora dos Desvalidos, MNU, Adé Dudu, Versos Negros, Grupo de Estudos Afro-Brasileiros/GEAB, Grupo Cultural "Os Negões", Ilê-Aiyê, Olodum, Urunmilá, Grupo Negro do Garcia, Sociedade São Jorge do Engenho Velho (responsável pela preservação do Terreiro Casa Branca Bahia), Núcleo Cultural "Niger-Okan", Legião Rasta e Associação Centro Operário da Bahia.

- 01.04.85 — Aprovação, pelo Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação, do Parecer do padre José Hamilton Almeida Barros, favorável à inclusão da disciplina na parte diversificada do currículo da escola de 1º e 2º grau. (Indicação do CEAO como órgão de habilitação dos docentes para a disciplina).
- 11.06.85 — Portaria 6.068 do secretário da Educação e Cultura determinando a inclusão da disciplina.
- 1985 — Reunião com representação da Secretaria da Educação e Cultura — SEC, Entidades Negras e CEAO para discutir a implantação da disciplina e o curso de habilitação para professores.
- 1985 — “Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior” inclui oficialmente no currículo a disciplina “Introdução aos Estudos Africanos”.
- 20.03.86 — Portaria nº 4.064 do secretário da Educação e Cultura cria a Assessoria de Estudos Africanos no âmbito do Gabinete do secretário.
- 27.03.86 — Portaria nº 4.367 do secretário da Educação e Cultura designando os professores Arany Santana Santos, Edson Transillo França, Eugênia Lúcia Viana Nery do Espírito Santo, Newton de Oliveira Nascimento e Yolanda Paradella Ferreira da Silva para comporem a Assessoria de Estudos Africanos.
- 15.04.86 — Portaria do secretário da Educação e Cultura designando a Prof.^a Eugênia Lúcia Viana Nery do Espírito Santo para exercer a função de coordenadora da Assessoria de Estudos Africanos.
- Abril/86 — Gestões finais entre SEC, CEAO, UNEB e Entidades Negras para operacionalizar o curso de “Introdução aos Estudos de História e Culturas Africanas”.
- 12.05.86 — Aula inaugural do curso de “Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas” proferida pelo secretário da Educação e Cultura Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.
- 12.05.86 — Portaria nº 6.894 do secretário da Educação e Cultura criando, na Autarquia Universidade do Estado da Bahia/UNEB, o Centro de Estudos Afro-Baianos — CEAB.
- 19.05.86 — Início das aulas. Centro de Estudos Afro-Orientais.

Acho, ainda, importante destacar e discutir algumas questões levantadas durante todo esse processo para a inclusão da disciplina no currículo.

Merecem destaque os argumentos político e pedagógicos contidos no documento enviado pelas Entidades Negras da Bahia ao secretário da Educação solicitando a inclusão da disciplina. Foram eles, na íntegra: “1. A população de Salvador é constituída por um contingente majoritariamente de descendência africana; 2. O Brasil é uma sociedade pluricultural, por isso é necessário que seja estudada nas escolas a História das três raças constituintes da nação brasileira; 3. A ausência do estudo da História e da Cultura Negra nos currículos escolares, concorre para a falta de identidade cultural e conseqüentemente, para a inferiorização do povo negro e de seus des-

centes no Brasil; 4. Existe grande receptividade e expectativa da comunidade a todos os cursos sobre Estudos Africanos que são oferecidos por iniciativa dos Movimentos Negros e da Universidade através do CEAO — Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia; 5. As relações político-econômica-culturais entre o Brasil e a África pressupõem um conhecimento mútuo da História e Cultura entre as nações brasileira e africana” (Governo do Estado da Bahia, 1986, p.13).

Uma outra questão que gostaria de discutir refere-se ao fato da “Introdução aos Estudos Africanos” ter sido incluída no currículo enquanto disciplina diversificada.

Quem conhece a estrutura curricular normatizada pela Lei 5.692/71 sabe que as matérias que compõem o núcleo comum são intocáveis, obrigatórias em âmbito nacional. Porém, a parte diversificada foi proposta para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. Bem, foi por conta dessa especificidade que a disciplina ficou na parte diversificada, apesar das discussões que ocorreram para sua inclusão. Tanto entre especialistas da área curricular, quanto entre especialistas da área de História, ocorreram resistências ao fato de se criar uma disciplina nova para tratar das culturas africanas. Alguns consideravam que tal conteúdo poderia ser trabalhado no bojo da História do Brasil. Outros, que o tratamento em separado significaria incutir o racismo na cabeça das crianças...

Uma terceira questão enfrentada foi a da preparação e seleção dos professores que ministravam a disciplina. Foi encaminhado um projeto ao MEC, elaborado pelo CEAO, onde se explicitavam os objetivos do curso. “Fornecer uma visão geral e atualizada dos povos e países africanos para professores de 1º e 2º grau. carentes desse tipo de informação por deficiência dos próprios currículos oficiais; Contribuir para uma compreensão global da dinâmica das culturas negro-africanas, tendo em vista o maior entendimento do papel por elas desempenhado na formação da cultura brasileira; Despertar o interesse da comunidade baiana, através desses professores do conhecimento da realidade africana aqui proposta; Habilitar esses professores para atender as necessidades de regência da disciplina ‘Introdução aos Estudos Africanos’ incluída nos currículos das escolas de 1º e 2º grau da rede estadual de ensino; Contribuir para um efetivo resguardo da memória do Brasil e da Bahia e, para firmar a característica da identidade do povo e da cultura baiana” (Governo do Estado da Bahia, 1986, p.27).

Respondendo às reivindicações das entidades foram realizados cursos em dois níveis: de *especialização*, integralizado em 420 (quatrocentos e vinte) horas, para a habilitação de docentes da rede estadual na disciplina “Introdução aos Estudos Africanos”; e de *extensão*, integralizado em 120 (cento e vinte) horas, destinado à comunidade e enquadrado nas proposições da Educação Continuada, com pos-

sibilidade de oferecimento de mais de uma turma no decorrer do ano letivo.

Para participar do curso de *especialização*, foi feita uma seleção de escolas que deveriam mandar professores, de preferência, situadas em pontos estratégicos da cidade. Participaram 15 escolas, cada uma delas com dois professores. Foram abertas 10 vagas para pessoas de nível superior e que não estivessem atuando na rede, mas que militassem ou pertencessem a alguma entidade. Deste primeiro curso de especialização participaram aproximadamente 35 pessoas³.

O curso de extensão, que não exigia diploma de nível superior, foi freqüentado por monitores de escolas comunitárias da periferia de Salvador, grupos culturais, pessoal de Associações de Bairro, de blocos Afro, artesãos, pais de santo e estudantes (1º, 2º e 3º grau). Os resultados deste curso têm sido muito satisfatórios, as pessoas são mais livres e abertas, demonstrando grande facilidade para elaboração de conceitos.

Os cursos prevêem três disciplinas: Antropologia, História da África e Geografia da África. O de especialização prevê, ainda, 60 horas de Metodologia e Prática de Ensino. O currículo desta última disciplina ainda não está estruturado: é nossa intenção, atualmente, começar a produzir material didático para ser trabalhado com os alunos em sala de aula.

Para finalizar, exporei algumas das dificuldades que tivemos de contornar. Quanto ao curso de preparação de professores a nível de especialização, temos enfrentado o receio do novo, por vezes posturas (atitudes) preconceituosas, que dificultam a reflexão e a apreensão dos novos conteúdos. Temos tido, também, dificuldade em conseguir material bibliográfico confiável. Além disso, a grande maioria dos professores não têm domínio de uma segunda língua o que dificulta o acesso à bibliografia estrangeira. Tentamos traduzir material escolhido mas o custo fica muito alto.

O curso exige uma grande disponibilidade das pessoas para reverem conceitos anteriores: há confronto intenso de idéias em sala de aula entre militantes e professores culturalmente brancos.

No momento, contamos com 25 professores relativamente treinados. Digo isso porque considero que ninguém está treinado ainda: esse processo de formação de professores é longo.

Realizamos, também, um seminário rápido — envolvendo diretores, supervisores, professores da área de Estudos Sociais e de outras áreas que não estavam sendo treinados, representantes de órgãos da Secretaria, e de todos os órgãos⁴ que assinaram convênio — para sabermos qual seria a receptividade e a expectativa frente a esta disciplina. Percebemos um boicote: a maioria se interessou apenas pelo material, alegando ser desnecessário assistir ao seminário. Notamos, também, que os professores de ensino religioso estão resistindo, porque essa disciplina propõe uma revisão do currículo, inclusive, uma outra abordagem das religiões, tratando, por exemplo, do candomblé.

Notamos resistência entre diretores e vice-diretores⁵ das escolas da rede estadual de introduzirem a disciplina, argumentando que já o fazem, que, por exemplo, já existe grupo folclórico na escola.

Detectamos, portanto, um temor frente à inclusão da disciplina nas escolas, por ela ter um caráter revolucionário. A partir das observações efetuadas durante o Seminário vamos elaborar um diagnóstico e enviá-lo às entidades.

Em resumo: acreditamos que a introdução dessa disciplina nos currículos não vai resolver o problema da educação na Bahia. Pensamos que o currículo precisa ser reformulado de forma bem mais profunda.

3 Além dos professores, representantes de entidades, tais como: CENBA — Conselho de Entidades Negras da Bahia; SPD — Sociedade Protetora dos Desvalidos (uma entidade sesquicentenária na Bahia); Grupo Cultural "Os Negões" (bloco de carnaval que tem um núcleo cultural); Grupo Cultural João Cândido; CEAO; CDRH — Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação e Cultura.

4 SEC; CEAO e UNEB. A Secretaria foi a parte interessada na questão dos Estudos Africanos no currículo; A UFBA, por ter um Centro de Estudos Afro, com um quadro de professores qualificados em Estudos Africanos, material bibliográfico e com experiências vivenciadas nesse sentido; e a UNEB por se tratar de uma universidade do Estado que, a partir dos próximos cursos de especialização, passaria a assumir a coordenação destes. Assim sendo, os Estudos Africanos sairia do âmbito da Universidade Federal para a Universidade Estadual, já que este, agora, seria um "problema" do Estado. Por conta disso, fora criado na UNEB, o Centro de Estudos Afro-Baianos — CEAB, com as mesmas características do CEAO a fim de que este órgão específico pudesse vir a coordenar, acompanhar, assessorar, controlar e avaliar os Estudos Africanos, no Estado da Bahia.

5 Os diretores só compareceram ao Seminário mediante pressão direta da Secretaria da Educação achando que era suficiente que seus professores participassem do treinamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GOVERNO do Estado da Bahia. Secretaria da Educação e Cultura. *Introdução aos Estudos Africanos*: Documentos. Salvador, Bahia, 1986.